

Concurso Delegado de Polícia Civil da PC/AP Questões de Lei Específica do Amapá

Questão 21. A Lei Ordinária no 883/05, que instituiu a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Amapá, dispõe que

- (A) é permitida a prestação de serviços gratuitos por policial civil, salvo os casos expressamente proibidos previstos em lei.
- (B) é vedada a cessão de servidores policiais civis para exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, do Estado e dos Municípios, ressalvados os casos de nomeação para cargo em comissão de direção superior, e o responsável pela transgressão a essa norma responde subsidiariamente.
- (C) os servidores especializados e técnico-científico, nos serviços policiais em que intervier o trabalho em equipe ou conjunto, são autônomos e não ficarão subordinados à autoridade policial competente.
- (D) o cargo de Delegado Geral de Polícia Civil, de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, será exercido por Delegado de Polícia Civil, integrante da Carreira dentre os integrantes da Classe Especial.
- (E) são princípios básicos que fundamentam a atividade policial a hierarquia, disciplina, legalidade, ética profissional, trabalho de caráter reservado e autonomia.

Comentário: consta no § 2º art. 1º que: “o cargo de Delegado Geral de Polícia Civil, de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, será exercido por Delegado de Polícia Civil, integrante da Carreira dentre os integrantes da Classe Especial”. Gabarito: d

Questão 22. Considere:

- I. Zelar pela observância dos princípios e funções da Polícia Civil do Estado do Amapá.
 - II. Julgar o estágio probatório de policial civil.
 - III. Propor medidas de aprimoramento técnico-profissional, visando ao desenvolvimento e a eficiência da organização policial civil.
 - IV. Analisar e avaliar programas e projetos atinentes à expansão de recursos humanos.
 - V. Deliberar sobre a promoção por merecimento do policial, por ato de bravura e post mortem e para proposição de honrarias previstas em lei, conforme dispuser o regulamento.
- Nos termos da Lei no 883/05, os itens indicados representam atribuições do
- (A) Órgão de Formação e Capacitação Profissional da Polícia Civil.
 - (B) Órgão de Assessoramento e Apoio Técnico-Administrativo da Polícia Civil.
 - (C) Diretor do Órgão de Direção e Capacitação da Polícia Civil.
 - (D) Corregedor Geral da Polícia Civil.
 - (E) Conselho Superior da Polícia Civil.

Comentário: compete ao Conselho Superior de Polícia Civil (art.13): II – zelar pela observância dos princípios e funções da Polícia Civil do Estado do Amapá; IV – Julgar o estágio probatório de policial civil; V – propor medidas de aprimoramento técnico-profissional, visando ao desenvolvimento e a eficiência da organização policial civil; VIII – analisar e avaliar programas e projetos atinentes à expansão de recursos humanos; XI – deliberar sobre a promoção por merecimento do policial, por ato de bravura e post mortem e para proposição de honrarias previstas em lei, conforme dispuser o regulamento. Gabarito: e

Questão 23. Uma Câmara Disciplinar da Polícia Civil entendeu pela aplicação da pena de demissão, divergindo da proposição da autoridade disciplinar. Nesse caso, a Lei no 883/05 prevê que

- (A) a Câmara Disciplinar encaminhará recurso ex-offício ao Conselho Superior da Polícia Civil.
- (B) o procedimento administrativo disciplinar deverá ser reinstruído.
- (C) o procedimento administrativo disciplinar deverá ser redistribuído por sorteio.

(D) a Câmara Disciplinar determinará o sobrestamento do procedimento administrativo disciplinar até que novos fatos justifiquem o prosseguimento dos atos.

(E) a Câmara Disciplinar promoverá nova votação, agora mediante quórum qualificado.

Comentário: consta no § 4º do art. 14 da LC nº 883/05, que: § 4º. Quando a Câmara entender pela aplicação das penas de demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade, divergindo da proposição da autoridade disciplinar, encaminhará recurso ex-offício ao Conselho Superior da Polícia Civil. Gabarito: a

Questão 24. Nos termos da Lei no 883/05, cabe ao Departamento de Inteligência operar e coordenar os serviços estratégicos veiculados por instrumento de telecomunicações e informática da Delegacia Geral de Polícia Civil. Essa competência é denominada política de

(A) logística.

(B) telemática.

(C) lógica operacional.

(D) normatização técnico-científica.

(E) execução programática.

Comentário: mais uma questão que aborda a literalidade da Lei nº 883/05: Art. 25. Ao Departamento de Inteligência (...): I – executar a política de telemática da Delegacia Geral de Polícia Civil, operando e coordenando os serviços estratégicos veiculados por instrumento de telecomunicações e informática. Gabarito: b

Questão 25. Considere:

I. Retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.

II. Reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão administrativa ou judicialmente, com ressarcimento de todas as vantagens.

III. Retorno à atividade de servidor em disponibilidade em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

IV. Retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por Junta Médica Oficial, forem declarados insubsistentes aos motivos da aposentadoria.

V. Investidura do servidor em outro cargo mais compatível com a sua capacidade física e mental, revelando-se, comprovadamente inapto para o exercício das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo que vinha ocupando, sem causa que justifique a sua demissão ou exoneração, podendo efetivar-se ex-offício ou a pedido.

Nos termos a Lei no 66/1993, que estabeleceu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado, das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais do Amapá, os itens acima indicam, respectivamente,

(A) reintegração, aproveitamento, reversão, readaptação e recondução.

(B) aproveitamento, reversão, readaptação, recondução e reintegração.

(C) reversão, readaptação, recondução, reintegração e aproveitamento.

(D) recondução, reintegração, aproveitamento, reversão e readaptação.

(E) readaptação, recondução, reintegração, aproveitamento e reversão.

Comentário: a questão apenas repete os conceitos estabelecidos na Lei 66/93. Gabarito: d

Questão 26. Nos termos da Lei no 66/1993, haverá posse no caso de provimento de cargo por

(A) reaproveitamento.

(B) reintegração.

(C) promoção.



- (D) transferência.
- (E) nomeação.

Comentário: após nomeação ocorre a posse. Gabarito: e

Questão 27. No que se refere ao vencimento e remuneração, a Lei no 66/1993 estabelece que

- (A) remuneração é a retribuição pecuniária atribuída ao servidor pelo efetivo exercício de cargo público, com valor fixado em lei específica.
- (B) existe hipótese legal para o arresto, sequestro ou penhora do vencimento e da remuneração.
- (C) é assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, independentemente das vantagens de caráter individual e das relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- (D) o vencimento e as vantagens pecuniárias de caráter permanente percebidas pelo servidor não sofrerão redução nem descontos.
- (E) poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, mediante autorização do servidor, a critério da Administração e sem reposição de custos.

Comentário: alternativa “A” aborda o conceito de vencimento, não de remuneração; a alternativa “B” está correta, pois o art. 55 autoriza o arresto, sequestro ou penhora do vencimento e remuneração nos casos de prestação de alimentos resultantes da sentença judicial. a alternativa “c” está errada, pois o art. 51 exige isonomia de vencimentos cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza ou ao local de trabalho. alternativa “d” está errada, pois o art. 53 da Lei 66/93 autoriza o desconto previsto em Li ou mandado judicial; lternativa “e” está errada, pois o parágrafo único do art. 53 prevê que consignação em folha será autorizada “a critério da administração e com reposição de custos”. Gabarito: b

Questão 28. Ao regular o serviço noturno, a Lei no 66/1993 estabelece que é o prestado em horário compreendido entre

- (A) 21 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de 25%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.
- (B) 22 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de 20%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.
- (C) 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de 25%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.
- (D) 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de 20%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.
- (E) 21 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de 20%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.

Comentário: consta no art. 73 da Lei nº 66/93, que: “o serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos”. Gabarito: c



Rodrigo Cardoso -Ministra aulas de Direito Administrativo há mais de 10 anos. Analista Judiciário - Área Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Coautor do livro “Direito Administrativo Simplificado” 6ª Edição. Graduado em Direito pela Universidade Católica de Brasília e especialista em Direito Administrativo e Constitucional. Palestrante.